

**AGENDA DA REUNIÃO PLENÁRIA DE - 2018/maio/04 - (sexta-feira)****10:00 Horas**

ORDEM DO DIA

- 1- **[Reapreciação do Decreto da Assembleia da República n.º 196/XIII/3.ª](#)** - Procede à segunda alteração da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, que aprova o regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização de obra e pela direção de obra, que não esteja sujeita a legislação especial, e os deveres que lhes são aplicáveis, e à primeira alteração à Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, que estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção

Tempos	cada
GOV e PSD	3 m
PS	3 m
BE	3 m
CDS-PP	3 m
PCP	3 m
PEV	3 m
PAN	2 m

- 2- **[Apreciação Parlamentar n.º 59/XIII/3.ª \(BE\)](#)**

Decreto-Lei n.º 11/2018, de 15 de fevereiro "Estabelece as restrições básicas ou níveis de referência referentes à exposição humana a campos electromagnéticos derivados de linhas, instalações e demais equipamentos de alta e muito alta tensão, regulamentando a Lei n.º 30/2010, de 2 de setembro"

Tempos	cada
GOV e PSD	3 m
PS	3 m
BE*	3 m
CDS-PP	3 m
PCP	3 m
PEV	3 m
PAN	1 m

*O BE, como autor da iniciativa, dispõe de mais um minuto

Nota: O Governo dispõe igualmente de mais um minuto, nos termos da deliberação da Conferência de Líderes de 14-07-2010 (Súmula n.º 23)

**3- Projeto de Resolução n.º 1435/XIII/3.ª (CDS-PP)**

Recomenda ao Governo a revisão do regime legal do setor do táxi, de forma a contribuir para a modernização deste transporte

Projeto de Resolução n.º 1553/XIII/3.ª (PCP)

Modernização do sector do táxi

Projeto de Resolução n.º 1556/XIII/3.ª (PS)

Recomenda um conjunto de medidas de apoio e promoção do setor do táxi

Tempos	cada
GOV e PSD	3 m
PS*	3 m
BE	3 m
CDS-PP*	3 m
PCP*	3 m
PEV	3 m
PAN	1 m

*O PS, o CDS-PP e o PCP, como autores das iniciativas, dispõem de mais um minuto

4- Projeto de Lei n.º 770/XIII/3.ª (PCP)

Revoga a revisão do regime jurídico do arrendamento urbano aprovado pela Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto

Projeto de Lei n.º 847/XIII/3.ª (BE)

Estabelece medidas de combate à precariedade no arrendamento habitacional (introduz alterações ao Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47344, de 25 de novembro de 1966, e ao novo regime de arrendamento urbano)

Projeto de Lei n.º 848/XIII/3.ª (BE)

Altera o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47344, de 25 de novembro de 1966, para aprimoramento do exercício do direito de preferência pelos arrendatários (septagésima quarta alteração ao dl 47344/66 de 25 de novembro)



Projeto de Lei n.º 849/XIII/3.ª (BE)

Assegura aos municípios mecanismos de financiamento adequados à promoção de políticas de habitação (procede à sétima alteração à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)

Projeto de Lei n.º 850/XIII/3.ª (BE)

Estabelece a punição contra-ordenacional por assédio no arrendamento

Projeto de Lei n.º 852/XIII/3.ª (PEV)

Revoga a Lei n.º 31/2012 de 14 de agosto (Revisão do Regime Jurídico do Arrendamento Urbano)

Projeto de Lei n.º 853/XIII/3.ª (BE)

Estabelece a suspensão de prazos do novo Regime do Arrendamento Urbano e de processos de despejo

Projeto de Lei n.º 854/XIII/3.ª (PS)

Estabelece um regime extraordinário e transitório de proteção de pessoas idosas ou com deficiência que sejam arrendatários e residam no mesmo local há mais de 15 anos

Projeto de Resolução n.º 1555/XIII/3.ª (PAN)

Recomenda ao Governo que reformule os trâmites do Balcão Nacional de Arrendamento

Proposta de Lei n.º 127/XIII/3.ª (GOV)

Autoriza o Governo a aprovar um regime especial de tributação que preveja a isenção de tributação dos rendimentos prediais decorrentes de arrendamento ou subarrendamento habitacional no âmbito do Programa de Arrendamento Acessível.

Proposta de Lei n.º 128/XIII/3.ª (GOV)

Estabelece taxas autónomas diferenciadas de IRS para rendimentos prediais nos contratos de arrendamento habitacionais de longa duração

Proposta de Lei n.º 129/XIII/3.ª (GOV)

Estabelece medidas destinadas a corrigir situações de desequilíbrio na posição dos arrendatários e dos senhorios, a reforçar a segurança e estabilidade do arrendamento urbano e a proteger arrendatários em situação de especial fragilidade.



Tempos	cada
GOV, PSD e PCP	10 m
PS	9 m
BE	7 m
CDS-PP	6 m 30
PEV	3 m
PAN	1 m

5- 2.º Orçamento Suplementar da Assembleia da República para 2018

S/Tempos

6- Votações regimentais no final do debate